



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas - Livro nº 24 - Fl. N.º 108

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO BIRIGUIPREV, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 07h30min, na Sala de Reuniões do Instituto, instalado na Rua Fundadores, nº. 355, Centro, Município e Comarca de Birigui, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Birigui - BiriguiPrev. Estavam presentes, conforme se pode comprovar pelas respectivas assinaturas apostas na folha nº. 18, do Livro de Presença nº. 7, os Conselheiros: Silvana Verza de Amarante, Beatriz Cristine Stabile Faria, Elza Maria Rodrigues, João Gilberto Machado Kitamura e Luis Fernando Peron. Participaram Fernando Aparecido de Oliveira Tomazini, Diretor de Benefícios, Guiomar de Souza Pazian, Superintendente. Participou como ouvinte Rosangela Cristina Bertaglia, Controle Interno. Da pauta, tempestivamente comunicada aos Senhores Conselheiros, constavam os seguintes assuntos a serem analisados: 1 – Protocolo nº 393/2025-1DOC – Aposentadoria por Tempo de Contribuição de José Aparecido Regazzi; 2 – Protocolo nº 448/2025-1DOC – Aposentadoria por Tempo de Contribuição de Margareti dos Santos Stanicheskí; 3 – Protocolo nº 451/2025-1DOC – Aposentadoria por Tempo de Contribuição de Silvana Rodrigues Damaceno Camargo de Anchieta; 4 – Protocolo nº 453/2025-1DOC – Aposentadoria por Tempo de Contribuição de Silvana Verza de Amarante; 5 - Protocolo nº 456/2025-1DOC – Aposentadoria por Idade de Aparecida Penteado Milani; 6 - Protocolo nº 459/2025-1DOC - Aposentadoria por Tempo de Contribuição de José Antero dos Santos Neto; 7 - Protocolo nº 460/2025-1DOC - Aposentadoria por Idade de Maria do Nascimento Santos; 8 - Protocolo nº 476/2025-1DOC - Aposentadoria por Tempo de Contribuição de Benedita Aparecida Rodrigues; 9 - Protocolo nº 472/2025-1DOC - Pensão por Morte de Valdeci Luiz à requerente Maria José Cruz Luiz; 10 - Protocolo nº 481/2025-1DOC - Pensão por Morte de Antonio Rodrigues Masson à requerente Marly Aparecida Contel Rodrigues; 11 - Protocolo nº 417/2025-1DOC - Requerimento de Auxílio Mensal previsto na Lei nº 3.263/1995 ao requerente Alexandre Marangon Pincerato; 12 -



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas - Livro nº 24 - Fl. N.º 109

Ciência da Ata do Comitê Gestor de Investimentos da reunião ordinária realizada no dia 28/11/2025 e Parecer Comitê Gestor competência outubro/2025; 13 - Deliberação sobre o plano de ação para 2026; 14 - Deliberação sobre a alteração da Política de Investimentos do BiriguiPrev do exercício de 2025; 15 - Deliberação sobre a Política de Investimentos do BiriguiPrev para o exercício de 2026; 16 - Outros assuntos. Tomando o uso da palavra, a senhora Guiomar de Souza Pazian informou que não houve alteração na Política de Investimento para o ano de 2025, portanto, não haverá apreciação do item da pauta. Analisados os processos, os Conselheiros foram favoráveis às aposentadorias de José Aparecido Regazzi, Margareti dos Santos Stanichescki, Silvana Rodrigues Damaceno Camargo de Anchieta, Silvana Verza de Amarante, Aparecida Penteado Milani, José Antero dos Santos Neto, Maria do Nascimento Santos e Benedita Aparecida Rodrigues. Favoráveis à concessão de pensão por morte às dependentes Maria José Cruz Luiz e Marly Aparecida Contel Rodrigues. O Conselho foi cientificado da Ata do Comitê Gestor de Investimentos da reunião ordinária realizada no dia 28/11/2025 e Parecer Comitê Gestor competência outubro/2025. Quanto ao Protocolo nº 417/2025-1DOC, o Conselho deliberou, pelo indeferimento do Requerimento. A Superintendente perguntou aos membros a motivação do indeferimento, e os membros do Conselho informaram que irão se manifestar se houver a solicitação pelo requerente. Quanto ao plano de ação para 2026, o Conselho deliberou pela aprovação. Quanto à Política de Investimentos para o ano de 2026, o Conselho deliberou pela aprovação, tendo em vista que a mesma foi elaborada pelo Comitê Gestor de Investimentos que é o capacitado e responsável pelos investimentos. Tomando o uso da palavra a Senhora Guiomar de Souza Pazian informou que a Câmara Municipal e o BiriguiPrev estão em dia com os pagamentos das contribuições previdenciárias dos planos financeiro e previdenciário. Informou que a Prefeitura está em dia com os pagamentos das contribuições previdenciárias do plano financeiro e que, quanto ao plano previdenciário, a Prefeitura pagou integralmente a contribuição de servidores e pagou parcialmente a contribuição patronal dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro/2025. Informou que houve a aprovação de projeto de Lei de parcelamento pela Câmara referente às contribuições em atraso. Informou que a Prefeitura está em dia com o pagamento dos parcelamentos. Informou que a Prefeitura, Câmara Municipal e o BiriguiPrev estão em



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas - Livro nº 24 - Fl. N.º 110

dia com o pagamento do déficit técnico do plano previdenciário. Informou que foi assinado o convênio entre o BiriguiPrev e o SISEP referente aos descontos associativos e consignados, de acordo com a fiscalização realizada pelo TCE-SP. Informou que o BiriguiPrev fez o pagamento dos precatórios. Informou, também que houve a aprovação pela Câmara de projeto de Lei para equacionamento do déficit técnico. A Superintendente fez registrar em Ata que em nenhuma oportunidade fez contato com qualquer membro do Conselho de sentido de induzir o posicionamento favorável ou não, quanto aos processos e assuntos deliberados em reuniões ordinárias ou extraordinárias, de acordo com a competência do respectivo Conselho Deliberativo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Deliberativo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião às 08h39min. De todo o ocorrido, lavrou-se a presente Ata que vai assinada por todos.

CONSELHO DELIBERATIVO:

Silvana Verza de Amarante
Presidente

CERTIFICAÇÃO TOTUM CR RPPS CODEL I

Luis Fernando Peron
Membro
**CERTIFICAÇÃO TOTUM CR RPPS
CODEL I**

Elza Maria Rodrigues
Membro
**CERTIFICAÇÃO TOTUM CR RPPS
CODEL I**

João Gilberto Machado Kitamura
Membro
**CERTIFICAÇÃO TOTUM CR RPPS
CODEL I**

Beatriz Cristine Stabile Faria
Membro
**CERTIFICAÇÃO TOTUM CR RPPS
CODEL I**

Guimar de Souza Pazian
Superintendente
Certificado - TOTUM CP RPPS DIRIG I

Fernando Aparecido de Oliveira Tomazini
Diretor de Benefícios
Certificado - TOTUM CP RPPS DIRIG II



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº. 595/2025

Birigui, 15 de dezembro de 2025.

ASSUNTO: Cobrança de valores devidos com multa e juros.

Senhora Prefeita:

Através do presente, informamos a Vossa Excelência que há valores em atraso referente às competências agosto/2025, setembro/2025, outubro/2025 e novembro/2025 referente à Contribuição Patronal, **que deveriam ser pagos até o dia 10/12/2025**, conforme demonstrado abaixo.

Competência	Valor Devido (R\$)			Correção Monetária (IPCA)	Valor Devido Corrigido	Multa (1%)*	Juros (0,5%) a.m.	Valor a pagar
Patronal agosto/25	533.141,58			0,64063 %	536.557,04	5.365,57	8.128,84	R\$ 550.041,45
Competência	Valor Devido (R\$)	Valor Recolhido (R\$) até prazo legal	Saldo a Pagar	Correção Monetária (IPCA)	Valor Devido Corrigido	Multa (1%)*	Juros (0,5%) a.m.	Valor a pagar
Patronal setembro/25	1.617.346,46	773.461,80	843.884,66	0,75146%	850.226,12	8.502,26	8.587,28	R\$ 867.315,66
Patronal outubro/25	1.614.976,83	789.413,64	825.563,19	0,27016%	827.793,53	8.277,94	4.180,36	R\$ 840.251,82
Patronal novembro/2025	861.929,63	16.404,56	845.525,07	0,18%	847.047,02	8.470,47	0,00	R\$ 855.517,49

Informamos que o valor total em atraso somando as 4 competências até a presente data é R\$ 3.113.126,52.

Conforme prevê a legislação municipal artigo 98, § 2º da lei 4.804/06, caso ocorra atraso, incidirá multa de 1% (um por cento) e juros a razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês. Os valores demonstrados na

Exma. Senhora.

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI

Prefeita Municipal de

BIRIGUI-SP.

Assinado por 2 pessoas: ELAINE DE PAULA GOMES DA SILVA e GUIOMAR DE OLIVEIRA PAZIANI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://birigui.sp.gov.br/verificacao/D501-F706-645C-E638>





Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

tabela acima são válidos até a data **de 10/01/2026**, pois, após esta data ocasionará o acréscimo da atualização e dos juros legais.

Postulamos ainda, que seja informado a data do adimplemento do débito informado ou do modo de sua quitação, uma vez que o CRP (CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA) que tem validade até **09/03/2026**, não será renovado, caso não sejam quitados os valores devidos.

Aproveito o ensejo que se apresenta para externar-lhe protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

GUIOMAR DE SOUZA PAZIAN
SUPERINTENDENTE

ELAINE DE PAULA GOMES DA SILVA
DIRETORA ADM. E FINANCEIRO

Exma. Senhora.

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI

Prefeita Municipal de

BIRIGUI-SP.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D501-F706-645C-E638

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELAINE DE PAULA GOMES DA SILVA (CPF 302.XXX.XXX-18) em 15/12/2025 15:32:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GUIOMAR DE SOUZA PAZIAN (CPF 067.XXX.XXX-30) em 15/12/2025 15:44:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://biriguiprev.1doc.com.br/verificacao/D501-F706-645C-E638>

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA N. 02, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

PUBLICAÇÃO

Publicado ____/____/2025, no mural
de publicações do Birigüiprev.

GUIOMAR DE SOUZA PAZIAN
Superintendente

**APROVA O PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2026
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE BIRIGUI – BIRIGUIPREV.**

A **Diretoria Executiva do Instituto de Previdência do Município de Birigui – Birigüiprev**, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO as definições do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015;

CONSIDERANDO que o RPPS deve incorporar o planejamento à sua rotina de gestão e desenvolver Plano de Ação, contemplando as ações a serem implementadas, metas para melhoria de cada processo, responsabilidades e prazos, bem como o monitoramento qualitativo de seus resultados;

CONSIDERANDO as metas a serem atingidas no exercício para as áreas de gestão de ativos e passivos, no mínimo quantitativas, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos, com ênfase na área de benefícios;

R E S O L V E M:

Art. 1º. Fica instituído o **Plano de Ação de 2026** do Instituto de Previdência do Município de Birigui – Birigüiprev, conforme documento anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º. Compete à Diretoria Executiva, bem como à Prefeitura Municipal de Birigui/SP, o cumprimento e a orientação dos procedimentos inseridos neste regulamento.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Birigui, 18 de dezembro de 2025.

- - - - -

**GUIOMAR DE SOUZA
PAZIAN**

**Superintendente do
BIRIGUIPREV**

**ELAINE DE PAULA GOMES
DA SILVA**

**Diretora Administrativa e
Financeira**

**FERNANDO APARECIDO DE
OLIVEIRA TOMAZINI**

Diretor de Benefícios

PLANO DE AÇÃO – 2026

Instituto de Previdência do Município de Birigui – BiriguiPrev

INTRODUÇÃO

Para a elaboração deste Plano de Ação, reunimos todas as informações necessárias e as trabalhamos de forma coerente, com o objetivo de delinear as metas e objetivos da autarquia para o ano de 2026.

O Instituto de Previdência do Município de Birigui – BiriguiPrev, redefiniu seus papéis e ajustou seu foco, visando aprimorar a condução dos processos internos, da equipe, da estratégia e dos planos operacionais, com o intuito de servir cada vez melhor os servidores públicos municipais de Birigui e atender aos seus interesses.

O BiriguiPrev enfrenta o desafio de um novo cenário, repleto de riscos e oportunidades. É essencial planejar a gestão de forma estratégica para alcançar a excelência desejada.

O BIRIGUIPREV

A autarquia municipal responsável pela previdência social dos servidores públicos municipais de Birigui tem as seguintes funções estabelecidas na Lei Municipal nº 4.804, de 13 de novembro de 2006:

- a administração, o gerenciamento e a operacionalização do regime próprio de previdência social;
- a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios assegurados pelo regime próprio de previdência social;
- a cobrança e arrecadação dos recursos e contribuições necessários ao custeio dos benefícios assegurados pelo regime próprio de previdência social, bem como dos dispêndios de administração;
- a gestão dos fundos e recursos arrecadados;
- a manutenção permanente do cadastro individualizado dos segurados e seus dependentes e pensionistas;
- a gestão dos seus recursos humanos.

O RPPS visa dar cobertura contra os riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende benefícios que atendam a finalidade de garantir meios de subsistência

nos eventos de invalidez, idade avançada, inatividade e morte.

São segurados do RPPS os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo dos Órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, autarquias e fundações públicas do Município e os aposentados nesses cargos.

Benefícios Previdenciários e outros direitos

I. Quanto ao segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria compulsória;
- c) Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria voluntária por idade;
- e) Aposentadoria especial;

II. Quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte;

A CULTURA ORGANIZACIONAL DO BIRIGUIPREV

Missão

Garantir benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes;

Valores

- Celeridade
- Comprometimento
- Ética
- Humanização
- Responsabilidade
- Transparência

Visão

Ser reconhecido pelos servidores públicos do Município de Birigui pela excelência na gestão Previdenciária.

Meta

Difusão da Cultura Previdenciária no Município de Birigui/SP.

Objetivos

Garantir aos segurados e dependentes, na conformidade da Lei Municipal nº 4.804, de 13 de novembro de 2006 e legislações correlatas, as devidas prestações de natureza previdenciária, ou seja, informar e dar atendimento as situações relacionadas a aposentadoria e pensão, no âmbito municipal da Previdência Social.

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O BiriguiPrev é uma Autarquia Municipal, dotada de Personalidade Jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É parte integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, tendo como finalidade precípua prover os recursos para a prestação de natureza previdenciária efetuando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão aos seus segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

A estrutura de governança do BiriguiPrev compõe-se dos seguintes órgãos:

- Conselho Deliberativo
- Conselho Fiscal
- Diretoria Executiva
- Comitê Gestor de Investimentos

PRINCIPAIS AÇÕES PARA O ANO DE 2026 ADMINISTRATIVO

Área responsável: Diretoria Executiva

Metas e Prazos de execução:

Janeiro a Dezembro	Certificar membros titulares ou suplentes dos conselhos.
Janeiro a Dezembro	Manter atualizado o site da autarquia
Janeiro a Dezembro	Manutenção e abastecimento das redes sociais com notícias, vídeos, fotos e artes para informação dos segurados.
Janeiro a Dezembro	Disparo de notícias e comunicados do Instituto para lista de transmissão do WhatsApp
Janeiro a Dezembro	Implantação de ações previstas na Política de Segurança da Informação (Tecnologia da Informação)

Janeiro a Dezembro	Acompanhamento e melhoria do Processo Digital no Birigüiprev bem como melhorias no sistema de backups
Janeiro a Dezembro	Aquisição de novos equipamentos, mobiliário e materiais para melhorar o atendimento e os serviços da autarquia. (Administrativa)
Janeiro a Dezembro	Aperfeiçoamento profissional dos servidores do Instituto (Administrativa) e conselheiros
Janeiro a Dezembro	Preenchimento e envio mensal do DAIR respeitando o prazo legal
Janeiro a Dezembro	Preenchimento e envio bimestral do DIPR respeitando o prazo legal.
Maio	Planejamento contratação anual 2026.
Setembro	Envio dos dados para o Cálculo Atuarial
Dezembro	Preenchimento e envio do DPIN respeitando o prazo legal
Julho	Realização de Concurso Público autarquia

ADMINISTRATIVO – Contabilidade

Área responsável: Diretor Administrativo e Financeiro

Metas e Prazos de execução:

Janeiro a Dezembro	Correto e pontual envio das informações ao sistema AUDESP
Janeiro a Dezembro	Envio dos balancetes, balanços e matrizes de saldos contábeis mensais, ao ente
Janeiro a Dezembro	Folha mensal dos benefícios previdenciários.
Janeiro a dezembro	Demais atividades – empenhos e atividades contábeis.

ADMINISTRATIVO – RECURSOS HUMANOS

Área responsável: Diretor Administrativo e Financeiro Metas e

Prazos de execução:

Janeiro a Dezembro	Acompanhamento/Cumprimento dos prazos estipulados pelo Calendário AUDESP e-Social.
Janeiro	Implantação do reajuste dos vencimentos dos benefícios sem paridade conforme RGPS a partir de 1º de janeiro.
Fevereiro	Informes de Rendimento -ano calendário 2025 - disponibilizado até 28/02/2026.

Março	Implantação do reajuste dos vencimentos dos benefícios com paridade e servidores ativos.
Julho	Primeira parcela do 13º Salário dos segurados inativos e pensionistas.
Dezembro	Segunda parcela do 13º Salário dos segurados inativos e pensionistas.

TESOURARIA

Área responsável: Diretoria Administrativo e Financeiro e Tesoureiro Metas e prazos de execução

Janeiro a Dezembro	Realização de conciliação bancaria mensal e acompanhamento dos saldos financeiro diários.
Janeiro a Dezembro	Acompanhamento dos processos administrativos observando os prazos legais para fins de pagamentos e recolhimentos.

ARRECADAÇÃO

Área responsável: Diretoria Executiva

Metas e Prazo de Execução:

Janeiro a dezembro	Acompanhar os repasses e notificar o ente no caso de atrasos.
Janeiro a dezembro	Controlar os repasses de servidores licenciados.

ATUARIAL

Área responsável: Diretoria Executiva

Metas e Prazo de Execução:

Janeiro	Conclusão do relatório de gestão atuarial do exercício 2025.
Fevereiro	Envio dos dados de fechamento e informações para o DRAA.
Março	Conclusão do relatório de avaliação atuarial ref. 31/12/2025
Agosto	Envio das bases para o estudo da aderência das hipóteses atuariais
Outubro	Conclusão do envio do coletor para avaliação atuarial 2026
Novembro	Conclusão do relatório de testes estatísticos de aderência das hipóteses atuariais.

INFORMAÇÃO GERAL

Área responsável: Diretoria Executiva

Metas e Prazo de Execução:

Janeiro a Dezembro (ações permanentes)	Divulgação mensal da prova de vida para os segurados aniversariantes. Benefício
Janeiro	- Comunicar o índice de reajuste concedido pelo RGPS para os segurados quem não têm paridade. - Divulgar a data de 24 de Janeiro, Dia Nacional dos Aposentados, através de arte para redes e WhatsApp.
Fevereiro	Iniciar divulgação de Informes de Rendimentos no site do instituto.
Junho	Divulgar a data de 17 de Junho, dia do Servidor Público Aposentado, através de arte para redes e WhatsApp.
Dezembro	Divulgar do 13º salário para os segurados

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS / ATENDIMENTO

Área responsável: Diretoria de Benefícios

Metas e Prazos de execução:

Janeiro a Dezembro	<ol style="list-style-type: none">1) Manter durante todo o ano o atendimento aos servidores, presencial, e-mail, telefone e whatsapp para orientações sobre aposentadorias, pensões, abono de permanência, simulação de valores, encaminhamentos diversos, entre outros.2) Atualização cadastral dos segurados aposentados e pensionistas decorrente de provas de vida realizados anualmente, pelo aplicativo Gov.br (CADPREV), ou presencialmente, sendo realizado no mês do aniversário do segurado, conforme Decreto nº 6.462 de 23 de outubro de 2019.3) Manter a Cartilha de Benefícios atualizada.4) Manter a emissão de Certidões de Tempo de Contribuição para ex-servidores com assinatura digital.5) Manter as inclusões, análises, análises médicas e cumprimentos de exigências dos requerimentos do Sistema COMPREV todos em dia, conforme os prazos estipulados no sistema. <p>Manter os cadastros/comunicações de concessão de</p>
---------------------------	---

	benefícios, apostilas retificadoras e pedidos de certidões de homologação de benefícios ao Tribunal de Contas, através do Sistema SISCAA, nos prazos estipulados.
--	---

CONTROLE INTERNO

Área responsável: Diretoria de Benefício Metas e prazos de execução

Janeiro a dezembro	Elaboração do relatório semestral da controladoria
Janeiro a Dezembro	Acompanhamento dos processos administrativos

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA RPPS X RGPS /RPPS X RPPS

Área responsável: Diretoria de Benefícios

Metas e prazos de execução:

Janeiro a Dezembro (ações permanentes)	Tratar as pendências na listagem geral de processos que tenham utilizado tempo de RGPS para envio dos Requerimentos (RPPS x RGPS); Cumprir as Exigências Prazo, Prescrição e Indeferido dos requerimentos nesse estado; Enviar os requerimentos referentes às aposentadorias e às pensões homologadas do RGPS; Extraír, elaborar e encaminhar ao controle interno os relatórios mensais de Ajustes de contas e de pagamentos dos participantes; Repassar ao financeiro as demandas para a emissão do acerto de contas ou da ordem de pagamento das compensações previdenciárias; Desenvolver o controle mensal de pro-rata e de fluxo individual e geral dos quantitativos a receber e a pagar; Verificar frequentemente os requerimentos enviados pelo RGPS para análise; Acompanhar a implementação do módulo de revisão e a respectiva regulamentação para realizar os devidos ajustes;
---	---

JURÍDICO

Área Responsável: Procuradoria

Metas e prazo de Execução:

Janeiro a dezembro	elaboração de projetos de lei de adequação da legislação previdenciária municipal.
Janeiro a dezembro	projeto de lei da reforma administrativa para posterior concurso Público.
Dezembro	Elaborar e atualização do relatório de Passivo Judicial de 2026
Janeiro a dezembro	Manifestação processos de aposentadoria e pensão, bem como em processos administrativos

FINANCEIRO / GESTÃO DE ATIVOS

Área responsável: Diretoria Executiva – Comitê Gestor de Investimentos

Metas e Prazo de Execução:

Janeiro a Dezembro	Acompanhamento sistemático das aplicações financeiras.
Janeiro a Dezembro	Obtenção da certificação profissional de todos os membros do Comitê de Investimentos, inclusive os suplentes.
Março	Treinamento na área de investimentos para os servidores da área.
Fevereiro	Solicitação da ALM
Novembro	Análise do relatório de ALM e elaboração da Política de Investimentos de 2027.
Dezembro	Alcance da Meta Atuarial - IPCA+5,28% de rentabilidade dos investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano de ação tem como objetivo central estabelecer as metas e objetivos a serem perseguidos durante o ano de 2026, mas também serve como guia na atuação de cada servidor da autarquia. Esta estratégia é uma bússola que nos guia na busca de nosso objetivo central: gerir e fortificar a gestão previdenciária dos servidores públicos municipais de Birigui/SP.

O Birigüiprev não escapará a este objetivo. Seu foco estará sempre na prestação de serviços de qualidade a seus segurados e na manutenção de um sistema eficiente e saudável.

O respectivo Plano de ação será encaminhado para deliberação do Conselho Deliberativo na reunião ordinária do mês.



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE BIRIGUI – BIRIGUIPREV

CNPJ – 05.078.585/0001-86

Rua: Fundadores, 355, Centro, Birigui SP – CEP 16.200-040

Birigui/SP, 18 de dezembro de 2025.

**GUIOMAR DE SOUZA
PAZIAN**

**Superintendente do
BIRIGUIPREV**

**ELAINE DE PAULA
GOMES DA SILVA**

**Diretora Administrativa e
Financeira**

**FERNANDO APARECIDO
DE OLIVEIRA TOMAZINI**

Diretor de Benefícios



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Política de Investimentos 2026

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de BIRIGUI - BIRIGUIPREV

Assinado por 7 pessoas: EVANDRO CESAR ZAMPIERI DA SILVA, ANTONIO VALTER DA SILVA, GILSON LUIZ BASILIO BAZZÃO, JEAN RODRIGO LOURENÇO RAMBALDI, SAMUEL MUSSI SIMÃO, ELAINE DE PAULA GOMES DA SILVA e GUIOMAR DE SOUZA PAZIAN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://biriguiprev.1doc.com.br/verificacao/0FF5-7CBD-B83F-652A> e informe o código 0FF5-7CBD-B83F-652A





Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Sumário

1	Definições.....	3
2	Diretrizes Gerais.....	3
3	Governança.....	4
4	Comitê de Investimentos.....	6
5	Consultoria de Investimentos.....	7
6	Modelo de Gestão.....	9
7	Segregação de Massa	9
8	Credenciamento.....	10
9	Meta de Retorno Esperado	11
10	Aderência das Metas de Rentabilidade.....	12
11	Carteira Atual	12
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	13
13	Cenário	14
14	Alocação Objetivo	14
15	Apreçamento de ativos financeiros.....	15
16	Gestão de Risco	16
16.1	Risco de Mercado	16
16.1.1	VaR	17
16.2	Risco de Crédito.....	18
16.2.1	Abordagem Qualitativa	18
16.2.2	Abordagem Quantitativa.....	19
16.2.3	Exposição a Crédito Privado	21
16.3	Risco de Liquidez.....	21
16.4	Risco Operacional.....	23
16.5	Risco de Terceirização.....	23
16.7	Risco Sistêmico.....	25
17	Considerações Finais	25



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Birigüi, BIRIGÜIPREV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 4.804/2006, a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo BIRIGÜIPREV. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Comitê Gestor do BIRIGÜIPREV na reunião extraordinária nº 05, que ocorreu em 10/12/2025.

1 Definições

Ente Federativo: Município de Birigüi, Estado de São Paulo.

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Birigüi- Birigüiprev

CNPJ: 05.078.585/0001-86

Categoria do Investidor: Qualificado

2 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do BIRIGÜIPREV, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2026. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2026.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações e sobre o monitoramento dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do BIRIGUIPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o BIRIGUIPREV deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social.

3 Governança

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.5/24, tem por objetivo incentivar o BIRIGUIPREV a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar



conflitos de interesse ou quebra dos deveres, e, visem à promoção de elevados padrões éticos na condução das operações.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

4.1. Segregação Formal de Responsabilidades

O processo de investimento está estruturado para garantir a separação de funções de decisão, execução e fiscalização. As atribuições dos principais órgãos são mutuamente exclusivas:

a) Conselho Deliberativo

Função: Órgão de Alta Governança e Aprovação Estratégica.

Responsabilidade Central: Aprovar, por meio de Resolução, a Política de Investimentos e a Alocação Estratégica de Ativos (limites percentuais por segmento), definindo a meta de rentabilidade.

Segregação: Não decide a seleção individual de fundos ou a execução das ordens de compra/venda.

b) Comitê de Investimentos:

Função: Órgão de Assessoria Técnica e Seleção.

Responsabilidade Central:

Propor a Política de Investimentos e suas revisões.

Conduzir o processo de Credenciamento de Instituições Financeiras e Prestadores de Serviço, conforme o Edital de Credenciamento e regras desta política, realizando a análise técnica e documental.

Recomendar à Unidade Gestora a seleção, manutenção ou substituição de fundos e ativos elegíveis, com base nesta política de investimentos.

Segregação: Não tem poder de execução das aplicações.

c) Diretoria Executiva:

Função: Órgão de Execução e Contratação.

Responsabilidade Central:



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Executar a alocação tática de recursos, respeitando os limites da Política e as recomendações do Comitê.

Gerenciar as Contratações e as obrigações contratuais com os prestadores de serviços.

Efetuar a Movimentação Financeira decorrente das aplicações.

Segregação: Não delibera sobre a aprovação da Política de Investimentos (que é do Conselho), nem realiza a análise técnica de credenciamento (que é do Comitê).

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a Lei nº 4.804/2006, art. 77, o Comitê de Investimento do Instituto de Previdência do Município de Birigüi – BirigüiPrev é formado por: 1 (um) titular e 1 (um) suplente – indicados pela Prefeitura Municipal de Birigüi/SP, pela Câmara Municipal de Birigüi, pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SISEP, pelo BirigüiPrev e por aposentados indicados pelo SISEP, possuindo caráter deliberativo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o colegiado seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 10 (dez) membros, 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes, dos quais 7 estão certificados, sendo certificados cinco titulares e dois suplentes, conforme disposto a seguir, havendo ainda um membro que possui também o CEA/ANBIMA:



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

TIPO DE CERTIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE MEMBROS	VENCIMENTO DAS CERTIFICAÇÕES
CP RPPS CGINV III	1	07/01/2029
CP RPPS CGINV I	1	21/07/2027
CP RPPS CGINV I	1	27/07/2027
CP RPPS CGINV I	1	15/03/2027
CP RPPS CGINV I	1	02/01/2028
CP RPPS CGINV I	1	28/12/2027
CP RPPS CGINV I	1	Dezembro/2029

5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o BIRIGUIPREV no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1. Conformidade Regulatória e Escopo:

- Que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, em especial a regulamentação aplicável aos consultores de valores mobiliários, inclusive a Resolução CVM nº 19/2021 (se for o caso de aplicação da norma) e, fundamentalmente, as determinações da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022.

6.2. Objetividade e Independência das Análises:

- Que todas as análises, pareceres e recomendações fornecidas serão objetivas, isentas e independentes, observando exclusivamente os critérios técnicos definidos nesta Política de Investimentos e a legislação vigente.



- A atuação da consultoria deve ser técnica e imparcial, focada em subsidiar a decisão colegiada do Comitê de Investimentos e da Diretoria executiva.

6.3. Critérios de Análise de Produtos:

- A consultoria deverá realizar pareceres técnicos com critérios estritamente objetivos ao analisar produtos, informando formalmente em seus relatórios a conformidade do ativo com a legislação vigente e com esta Política de Investimentos.
- A consultoria é vedada de emitir recomendações com base em fatores subjetivos não quantificáveis ou alheios aos interesses do RPPS, salvo quando expressamente solicitada pelo Comitê de Investimentos (exemplo: em *Due Diligence* extraordinária).

6.4. Limitação da Atuação (Vedação de Indução Subjetiva):

- A consultoria não poderá, em nenhuma hipótese, tentar induzir o RPPS a aplicar ou não aplicar em produto específico com base em interesse pessoal, visando benefícios próprios ou de terceiros (conflito de interesse).
- Qualquer critério subjetivo ou recomendação não normativa deverá ser formalmente justificado e apresentado somente mediante convocação ou solicitação específica do Comitê de Investimentos, devendo a decisão final caber sempre aos órgãos de governança do RPPS.

6.5. Responsabilidade Técnica:

- Os dirigentes, consultores e demais responsáveis pelas aplicações responderão solidariamente por prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação. A consultoria deve assegurar que seus pareceres contenham a rastreabilidade e a fundamentação exigidas pela governança.

6.6. - Que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021:



Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

6 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do BIRIGUIPREV, de acordo com o Artigo 95, da Portaria MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o BIRIGUIPREV realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

7 Segregação de Massa

O BIRIGUIPREV possui segregação de massa do seu plano de benefícios desde 01/01/2019.

A Segregação de Massa de segurados do BIRIGUIPREV é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de plano financeiro e o outro de plano previdenciário. Essa data de corte não poderá ser superior a data de implementação da segregação.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do BIRIGUIPREV, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

8 Credenciamento

As aplicações dos recursos do RPPS deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

O credenciamento e a seleção de instituições financeiras e prestadores de serviços (Administradoras, Gestoras, Distribuidoras, Custodiantes, Corretoras e Assessores de Investimento) são procedimentos obrigatórios e prévios a qualquer aplicação. O RPPS de Birigüi adotará o seguinte modelo de Credenciamento, em consonância com o detalhado no Edital de Credenciamento vigente:

9.1. Credenciamento Prévio:

Obrigatoriedade: Todas as instituições que receberão, administrarão ou intermediarão recursos do RPPS (gestores, administradores, distribuidores, custodiantes e Assessores de Investimentos) devem ser previamente credenciadas.

Crítérios Mínimos: O processo de credenciamento observará, minimamente, os seguintes requisitos:

Registro ou autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Idoneidade e ausência de persecução penal ou medidas equivalentes nos últimos 10 (dez) anos, estendida a sócios, administradores, diretores e controladores.

Comprovação de histórico mínimo de 60 (sessenta) meses em classes de ativos de interesse do RPPS.

Comprovação de que a equipe de gestão possui experiência mínima de 5 (cinco) anos.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Validade: O credenciamento terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, conforme definição do Comitê de Investimentos.

9.2. Seleção de Fundos e Produtos:

Triagem: Somente serão elegíveis Fundos de Investimento cujo Administrador, Gestor e Distribuidor (quando houver) estejam devidamente credenciados.

Análise de Desempenho (Critério de Performance - Fundo Ativo): Os fundos classificados como de Gestão Ativa (todos, exceto fundos de índice de Renda Fixa que seguem IMA, IRF-M e IDKA) deverão apresentar, obrigatoriamente, rentabilidade superior ao seu benchmark de referência nas janelas de análise.

Aprovação: Qualquer aplicação em novo ativo será precedida de Parecer Técnico e deliberação formal do Comitê de Investimentos. De acordo com a Minuta / Edital, após a análise realizada, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, e, este deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos.

Para novos aportes em fundos credenciados, deverá solicitar do gestor do fundo, termo de conformidade em relação a esta Política de Investimentos.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2026 o Instituto de Previdência do Município de Birigüi – BirigüiPrev prevê que o seu retorno esperado será no mínimo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,66%.

A escolha do IPCA, justifica-se devido a Lei nº 3.888/2001, do município de Birigüi, que estabelece em seu art. 2º “como fator de correção monetária de seus créditos, inscritos ou não em dívida ativa, de natureza tributária ou não, o Município aplicará o IPCA, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”, bem como o índice previsto na Lei nº 4.804/2006, alterada pela Lei



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

nº 7.003/2021, art. 98 e seus parágrafos para a correção das contribuições pagas fora do prazo definido em lei.

A escolha da taxa de juros real de 5,66% justifica-se em consideração aos Fluxos Atuariais do Plano de Regime Próprio de Previdência Social do Município de Birigüi, em função dos resultados da Avaliação Actuarial de encerramento de 2024 relativa ao exercício de 2025, obteve-se o valor de duração de 17,2 anos. Considerando a referida duração do passivo atuarial apurada em avaliação de encerramento de 2025, a taxa de juros parâmetro, para a avaliação de encerramento de 2025, conforme Portaria MPS nº 3.289/2023, é de no máximo 5,51% ao ano, ainda sem o acréscimo. E, ao considerarmos a possibilidade de incremento de 0,15% referente ao atingimento da meta estabelecida no ano de 2023, conforme abaixo, chegou-se na definição dos 5,66% ao ano.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que, as rentabilidades do BIRIGUIPREV cresceram nos últimos cinco anos às seguintes taxas, aderentes às metas de rentabilidade:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE
2020	5,08 %	10,63 %
2021	1,26 %	15,99 %
2022	3,08 %	10,90 %
2023	14,74 %	9,79 %
2024	9,78 %	10,18 %

11 Carteira Atual



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 09/12/2025.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENTA FIXA	100%	92,83%
RENTA VARIÁVEL	30%	3,39 %
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0,77 %
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	1,17 %
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	1,76 %
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0,08 %

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do BIRIGUIPREV e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12);
- Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 05/12/2025, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

Mediana - Agregado	2025						2026						2027						2028								
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	4,55	4,43	4,40	▼ (4)	151	4,38	104	4,20	4,17	4,16	▼ (3)	148	4,10	104	3,80	3,80	3,80	= (5)	128	3,50	3,50	3,50	= (5)	115	3,50		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,16	2,25	▲ (1)	120	2,25	76	1,78	1,78	1,80	▲ (1)	118	1,80	75	1,88	1,83	1,84	▲ (1)	88	2,00	2,00	2,00	= (91)	84	2,00		
Câmbio (R\$/US\$)	5,41	5,40	5,40	= (3)	121	5,40	72	5,50	5,50	5,50	= (8)	119	5,50	71	5,50	5,50	5,50	= (6)	91	5,50	5,50	5,50	= (6)	82	5,50		
Selic (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	= (24)	145	15,00	82	12,25	12,00	12,25	▲ (1)	144	12,13	82	18,50	18,50	18,50	= (43)	135	10,00	9,50	9,50	= (1)	105	10,00		
IGP-M (variação %)	-0,22	-0,57	-0,61	▼ (13)	75	-0,66	48	4,08	4,00	4,00	= (2)	74	4,00	47	4,00	4,00	4,00	= (47)	65	3,86	3,85	3,85	= (1)	61	3,86		
IPCA Administrados (variação %)	4,97	5,18	5,25	▲ (6)	99	5,29	64	3,86	3,80	3,76	▼ (1)	98	3,70	63	3,80	3,85	3,60	▼ (1)	63	3,60	3,50	3,50	= (2)	58	3,60		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-72,10	-72,60	-73,20	▼ (9)	37	-73,90	24	-65,25	-65,39	-67,00	▼ (3)	37	-67,47	24	-60,20	-62,55	-65,00	▼ (4)	29	-60,00	-64,10	-63,43	▲ (1)	22	-60,00		
Balança comercial (US\$ bilhões)	62,00	62,85	62,10	▼ (1)	39	60,00	21	65,95	65,70	66,00	▲ (1)	39	65,00	21	74,70	70,60	70,10	▼ (3)	27	72,70	70,80	70,00	▼ (5)	20	72,70		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	73,00	75,00	▲ (4)	36	78,55	20	70,00	70,00	72,15	▲ (1)	36	70,00	20	71,40	73,50	75,00	▲ (1)	28	75,00	75,00	75,00	= (14)	22	75,00		
Divida líquida do setor público (% do PIB)	65,80	65,83	65,95	▲ (1)	54	66,00	33	70,10	70,20	70,27	▲ (2)	54	70,32	33	73,80	73,80	73,80	= (3)	43	76,03	76,00	76,00	= (1)	41	76,03		
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (9)	66	-0,50	40	-0,60	-0,60	-0,60	= (16)	65	-0,60	39	-0,40	-0,40	-0,38	▲ (1)	50	-0,14	-0,13	-0,13	= (1)	43	-0,14		
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,46	-8,40	▲ (3)	53	-8,47	34	-8,65	-8,70	-8,68	▲ (1)	53	-8,65	34	-7,50	-7,70	-7,80	▼ (2)	41	-7,00	-7,00	-7,00	= (12)	36	-7,00		

* comportamento dos indicadores desde o FOCUS-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2025 — 2026 — 2027 — 2028

14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Enquadramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Superior	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	Art. 18 (% RPPS)	Art. 19 (%) Fundo)
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos		100%	0%	62,20%	82,40%	100%					-	-
Art. 7º, I, "b"	Fundos 100% Títulos Públicos		100%	0%	0,18%	0%	100%					-	-
Art. 7º, I, "c"	Fundos de Índice 100% Títulos Públicos		100%	0%	0	0%	100%					-	-
Art. 7º, II	Operações Compromissadas		5%	0%	0	0%	5%					20%	15%
Art. 7º, III, "a"	Fundos Renda Fixa	100%	60%	0%	30,45%	10,00%	60%	65%	70%	75%	80%	20%	15%
Art. 7º, III, "b"	Fundos de Índice Renda Fixa		60%	0%	0	0%	60%	65%	70%	75%	80%	20%	15%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)		20%	0%	0	0%	20%					20%	15%
Art. 7º, V, "a"	Cota Sênior de FIDC		5%	0%	0	0%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 7º, V, "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%	0	0%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 7º, V, "c"	Fundo de Debêntures Incentivadas		5%	0%	0	0%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 8º, I	Fundos de Ações	30%	30%	0%	3,39%	2,00%	30%	35%	40%	45%	50%	20%	15%
Art. 8º, II	Fundos de Índice de Ações		30%	0%	0%	0%	30%	35%	40%	45%	50%	20%	15%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa		10%	0%	0%	0%	10%					20%	15%
Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10%	10%	0%	0,77%	2,00%	10%					20%	15%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I		10%	0%	0%	0%	10%					20%	15%
Art. 10, I	Fundos Multimercados		10%	0%	0,30%	1,00%	10%			15%	15%	20%	15%
Art. 10, II	Fundo de Participação	15%	5%	0%	0,87%	1,00%	5%			10%	15%	20%	15%
Art. 10, III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%	0	0%	5%			10%	15%	20%	15%
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	5%	5%	0%	1,76%	1,50%	5%		10%	15%	20%	20%	15%
Art. 12, I	Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão	5%	5%	0%	0	0%	5%					20%	15%
Art. 12, II	Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão	10%	10%	0%	0,08%	0,10%	10%					20%	15%

* Art 7º, V, A, B e C: limite global (II) 25%, III (30%) e IV (35%);

* Art. 10, § 2º: limite global (III) e (IV) 20%;

* Art. 14: 8 + 10 + 11 = 30%;

* Art.14, § único: (I) 35%, (II) 40%, (III) 50% e (IV) 60% ;

* Art. 20: O total das aplicações dos recursos do RPPS não podem exceder a 5% do volume total gerido de recursos de terceiros da Instituição Financeira;

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 14 e ou Estudo de ALM.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o BirigüiPrev aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo BirigüiPrev são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA. Ainda,



além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do BiriguiPrev no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e o critério contábil que este título será registrado. Se o BiriguiPrev tiver efetuado o Estudo de ALM, é recomendável que estes títulos sejam marcados na curva.

16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

A análise e o controle de riscos são processos contínuos e estruturados que visam assegurar a segurança, liquidez e rentabilidade dos recursos.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

A gestão buscará maximizar o retorno ajustado ao risco, priorizando aplicações com histórico de eficiência positiva.

Indicadores de Eficiência: Serão utilizados os seguintes indicadores para mensurar a eficiência do retorno em relação ao risco assumido:



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Índice Sharpe (Sharpe Ratio): Para avaliação da Carteira Total, dos fundos de Renda Fixa e Multimercado (quando benchmark for CDI). O Sharpe mede o retorno excedente ajustado ao risco livre de risco.

Information Ratio (IR): Para avaliação de fundos de Ações (Brasil e Exterior) Multimercado (quando benchmark for de renda variável) e BDR.

Critério de Elegibilidade: Não será aceita a aplicação de recursos em fundos de investimento que apresentem Relação Risco Retorno (Índice Sharpe) negativo na janela de avaliação. Um Índice Sharpe positivo indica que o investidor foi remunerado por unidade de risco assumido.

16.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do VaR por cota, com o objetivo do BiriguiPrev controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

Para o cálculo do Value-at-Risk (VaR), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o VaR estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado.

O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95%. Serão utilizados os 100 dados históricos mais recentes, o que é suficiente para capturar as condições atuais do mercado e dar maior peso às observações mais recentes. Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos.

O controle de riscos (VaR) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENTA FIXA	5%
RENTA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO	20%



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

EXTERIOR	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

16.2 Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

A concentração máxima em um mesmo emissor privado será de até 5% do patrimônio. Devendo contratar LF apenas de instituição presente na lista S1 do Banco Central.

16.2.1 Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

• Análise dos emissores;

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário,



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

Análise de prospectos e outras documentações;

Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento etc.

• Monitoramento de operações de crédito;

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de rating e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

16.2.2 Abordagem Quantitativa

O BirigüiPrev utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSION	RATING EMISSION
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* e se a nota é, de acordo com a escala, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

FAIXAS	RATING	GRAU
FAIXA 1	AAA	INVESTIMENTO
FAIXA 2	AA	
FAIXA 3	A	
FAIXA 4	BBB	ESPECULATIVO
FAIXA 5	BB	
FAIXA 6	B	
FAIXA 7	C	
FAIXA 8	D	

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior à FAIXA 3, determinada na tabela, serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem *rating* devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- Caso haja duas ou mais classificações para o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos;
- O monitoramento dos ratings dos ativos de crédito será realizado de forma contínua, com o acompanhamento realizado por faixa de classificação conforme demonstrado na tabela acima.



16.2.3 Exposição a Crédito Privado

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais o RPPS não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “Grau Especulativo”.

16.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações;**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado.**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 31 a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL ATUAL ACUMULADO DA CARTEIRA	PERCENTUAL MÍNIMO ACUMULADO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	40%	15%
De 31 a 365 dias	42,5%	15%
Acima de 365 dias	100%	100%

O RPPS assegurará a liquidez necessária para honrar seus compromissos, mediante acompanhamento sistemático dos fluxos de caixa.

Prazos Máximos de Resgate (Fundos de Investimento):

Fundos de Renda Variável e Investimentos no Exterior (BDR): Prazo de resgate (D+) não superior a D+21 dias.

Fundos de Renda Fixa (incluindo Crédito Privado): Prazo de resgate (D+) não superior a D+3 dias.

Aquisição de Títulos: A aquisição de títulos públicos ou privados de renda fixa classificados com Marcação na Curva será precedida de Estudo de



Casamento de Ativos e Passivos (ALM) para garantir a compatibilidade do prazo dos ativos com as obrigações futuras do plano previdenciário.

16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

16.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

Intermediação e Custódia:

A aplicação em Títulos Públicos Federais (TPF) sob gestão própria, ou a contratação de serviços de custódia e intermediação, será feita somente por meio de instituições presentes na lista exaustiva divulgada pelo Ministério da Previdência.

Para Fundos de Investimento cuja Gestora não pertença ao mesmo conglomerado financeiro do Administrador, será exigido que o Administrador Fiduciário seja classificado como S1 (Segmento de maior relevância para o Sistema Financeiro Nacional), visando um maior rigor no controle da custódia e da administração dos ativos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do BiriguiPrev;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.



16.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

17 Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado por meio de divulgação no site institucional do Instituto de Previdência do Município de Birigui – BiriguiPrev e afixação no mural de publicações do BiriguiPrev e publicado Diário Município de Birigui a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Comitê Gestor de Investimentos.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN.

17/12/2025



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Evandro Cesar Zampieri da Silva
Coordenador do Comitê
Certificado – ANBIMA/CEA
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV III

Antônio Valter da Silva
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Samuel Mussi Simão
Membro Titular
Certificado – APIMEC CGINV I

Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Gilson Luiz Bazilio Bazzão
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS
CGINV I



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0FF5-7CBD-B83F-652A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EVANDRO CESAR ZAMPIERI DA SILVA (CPF 085.XXX.XXX-18) em 17/12/2025 20:36:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANTONIO VALTER DA SILVA (CPF 673.XXX.XXX-87) em 17/12/2025 20:39:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GILSON LUIZ BASILIO BAZZÃO (CPF 323.XXX.XXX-69) em 17/12/2025 20:44:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JEAN RODRIGO LOURENÇO RAMBALDI (CPF 165.XXX.XXX-88) em 17/12/2025 20:46:32 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SAMUEL MUSSI SIMÃO (CPF 165.XXX.XXX-24) em 17/12/2025 20:50:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ELAINE DE PAULA GOMES DA SILVA (CPF 302.XXX.XXX-18) em 17/12/2025 20:51:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GUIOMAR DE SOUZA PAZIAN (CPF 067.XXX.XXX-30) em 17/12/2025 20:56:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://biriguiprev.1doc.com.br/verificacao/0FF5-7CBD-B83F-652A>



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ GESTOR DE INVESTIMENTOS DO
BIRIGUIPREV, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO
DE 2025.**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco às 8:00h, realizou-se a décima primeira reunião ordinária do Comitê Gestor de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Birigüi – BiriguiPrev; cuja pauta constavam os seguintes itens a serem analisados: 1. Deliberação das ações para execução da política de investimentos do exercício; 2. Acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos, bem como aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos; 3. Outros Assuntos. Foi feita a convocação através do Ofício Circular nº 33/2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico em 28/11/2025, sendo também encaminhado por WhatsApp aos membros e publicado no site do Instituto. Foram disponibilizados, através do sistema LDB o material de apoio e relatórios de investimentos do mês de outubro/2025. Estavam presentes, conforme se pode comprovar pelas respectivas assinaturas apostas na folha nº 16 verso, do Livro de Presença nº 7, os seguintes membros: Antonio Valter da Silva, Evandro Cesar Zampieri da Silva, Gilson Luiz Basilio Bazzão, Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi e Samuel Mussi Simão. Participaram, Guiomar de Souza Pazian, Superintendente, Elaine de Paula Gomes da Silva, Diretora Adm. e Financeiro. Esteve presente como ouvinte Rosangela Cristina Bertaglia, Controle Interno. **ASSUNTOS GERAIS:** A reunião iniciou-se com a apresentação online da LDB Consultoria Financeira, que apresentou o relatório de investimentos e cenário econômico referente ao mês de outubro/2025 e as principais características e informações da carteira de investimentos do BiriguiPrev, com o objetivo de ajudar na tomada de decisão e acompanhamento das aplicações financeiras. Logo após a Sra. Guiomar fez a leitura da Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas referente ao exercício de 2024. Sobre as contribuições, a Sra. Guiomar informou que até a presente data, a Câmara Municipal e o BiriguiPrev estão em dia com os pagamentos referentes às contribuições dos servidores e contribuições patronais. A Prefeitura Municipal está em dia com o recolhimento referente ao Plano Financeiro, porém referente ao Plano Previdenciário a mesma pagou parcialmente a parte patronal das guias dos meses de agosto, setembro e outubro. Foi apresentado o ofício nº557/2025 encaminhado à prefeitura com a cobrança dos valores devidos. Referente ao déficit técnico atuarial, se encontram em dia. Informou também que a Prefeitura está em dia com os parcelamentos. Foi apresentado ao Comitê a Carta CCA-TEC 632/2025 recebido da Conde Consultoria sobre a Taxa de Juros Parâmetro para a Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2025, sendo a taxa sugerida IPCA + 5,66% e que foi acatada pelo Comitê. O



Comitê também foi informado sobre as convocações de Assembleia recebidas do Fundo MAG Selection, sendo a primeira sobre a aprovação das demonstrações contábeis do fundo, com prazo de voto até 28/11/2025, cujo relatório da Consultoria LDB sobre a manifestação de voto do Instituto foi encaminhado aos conselheiros pelo WhatsApp em 27/11/2025 e a segunda convocação é para Alterar, no Anexo da Classe, no Artigo 5º, do Capítulo "DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO": (i) Na Tabela de Limites por Ativos Financeiros o Item 24 para VEDADO; (ii) Na Tabela Limites por emissor o Item 5 para VEDADO, e (iii) Na Tabela de Outras Estratégias, o item 32 para VEDADO; com prazo de voto até 04/12/2025, sendo que esta foi encaminhada a Consultoria, porém o relatório ainda não foi disponibilizado. O Comitê deliberou por se abster da votação em ambas as assembleias. Foi também disponibilizado ao Comitê o email recebido do Fundo Kinea Private Equity V Feeder Institucional I FIP Multi, notificando sobre a chamada de capital para Integralização de Cotas no valor de R\$ 188.530,35, a ser realizada até 08/12/2025. **CREDENCIAMENTO:** No mês de referência houve credenciamento da Empresa R3 Investimentos. **FUNDOS DE INVESTIMENTOS ANALISADOS:** Não foram solicitados a Consultoria de Investimentos contratada análises de novos Fundos de Investimentos. **RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025:** Foi apresentado o relatório da carteira de investimentos do BiriguiPrev do mês de outubro/2025, no qual consta o montante financeiro na contabilidade de R\$ 337.668.262,20, considerando o valor disponível em conta corrente e sem considerar o valor a recuperar do Banco Santos de R\$ 302.145,26. Sendo assim, houve um superávit financeiro no mês de R\$ 915.693,52 com relação ao mês de setembro/2025. A carteira de outubro/2025 apresentou uma rentabilidade de 1,16%, contra meta atuarial (IPCA + 5,28% a.a.) de 0,56%. **Movimentações/Aplicações:** O Comitê Gestor de investimentos do BiriguiPrev deliberou por fazer as seguintes movimentações:

1. Resgatar o valor do Fundo Caixa DI para pagamento da folha do Grupo Previdenciário do mês de novembro/2025 e Resgatar do Fundo FI Caixa Aliança do Financeiro para pagamento da folha do Grupo Financeiro do mês de novembro/2025;
2. O valor referente à contribuição normal (patronal e servidores) do Grupo Previdenciário da folha mensal, a ser paga até o dia 10/12/2025, será aplicado no Fundo Caixa DI, como proteção da carteira para o atual momento;
3. Os demais valores que forem ingressando até a próxima reunião deverão ser aplicados no Fundo Caixa DI sendo resgatados também do mesmo fundo para o pagamento das despesas mensais do grupo previdenciário, e aplicar os demais valores que forem creditados na conta corrente do grupo financeiro no Fundo Caixa DI de cada conta do plano financeiro da Câmara e BiriguiPrev;
4. Os valores recebidos do parcelamento do mês de dezembro, do Plano Previdenciário, serão aplicados no Fundo Caixa DI;
5. Os aportes de déficit atuarial e parcelamentos recebidos da Prefeitura na conta corrente do plano financeiro serão aplicados no Fundo FI Caixa Aliança, de acordo com o Ofício nº438/2025 apresentado ao comitê.
6. Os demais valores ingressantes do grupo financeiro na conta corrente da Prefeitura deverão ser aplicados no FI Caixa Aliança e resgatados do mesmo fundo para pagamento das despesas do grupo financeiro;
7. Quanto ao valor a receber de compensação previdenciária do plano previdenciário, serão aplicados no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI PERFIL FIC FI e os valores do plano financeiro serão aplicados no FI CAIXA ALIANÇA;
8. Foi mantida a aprovação da venda das cotas do investimento CXCE11, FII Caixa CEDAE, em sua totalidade, buscando o melhor valor acima de R\$ 41,00 por cota, em acordo com nossa Política de Investimentos 2025.
9. Resgatar do Fundo Caixa DI o valor de R\$ R\$ 188.530,35 para Integralização de Cotas do Kinea Private Equity V Feeder Institucional I FIP Multi, para fazer frente a



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

Estado de São Paulo

Atas

- Livro nº 24 -

Fl. N.º 102

chamada de capital do FIP Master.

PALAVRA LIVRE: A compra de NTN-B que havia sido deliberada na reunião do dia 17/11/2025 não foi concretizada devido a questões técnicas administrativas com a custodiante XP que exigiu atualização do cadastro como requisito para custodiar os novos títulos e o contrato foi enviado para análise da consultoria. O Instituto está abrindo conta de custódia em outras instituições bancárias que ofertarem isenção de taxas para custodiar os títulos, assim como já é feito com a XP. O comitê deliberou por uma nova tentativa de compra parcial dos títulos, iniciando no dia 28/11/2025 com 9.000 das 25.000 NTN-B aprovadas anteriormente, com montante aproximado de R\$ 36 milhões, sendo 3.000 títulos com vencimento para 2050, 3.000 títulos para 2055 e 3.000 títulos para 2060, buscando taxas acima de IPCA+7%, sendo encaminhado e-mail solicitando as cotações ainda durante a reunião, com prazo até às 14:00 hrs para os bancos encaminharem as propostas. De todo o ocorrido, lavrou-se a presente Ata às 12:10 hrs, que será assinada pelos membros do Comitê Gestor de Investimentos e da Diretoria Executiva do BirigüiPrev.

COMITÊ GESTOR:

Evandro Cesar Zampieri da Silva
Coordenador do Comitê
Certificado – ANBIMA/CEA
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV III

Antonio Valter da Silva
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Gilson Luiz Bazzão
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Samuel Mussi Simão
Membro Titular

Elaine de Paula Gomes da Silva
Diretora Adm. e Financeiro
Certificado – TOTUM CP RPPS DIRIG I

Guiomar de Souza Pazian
Superintendente
Certificado – TOTUM CP RPPS DIRIG I
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I



PARECER DO COMITÊ GESTOR DE INVESTIMENTOS

Competência de Outubro de 2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ANEXOS.....	2
3. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO.....	2
4. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	2
5. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2
5. 1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA	2
5. 2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS	3
5.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.	4
5. 4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE . .	4
5. 5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL.	5
5. 6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES.	5
5.7. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR.	5
6. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	7
6. 1. RISCO DE MERCADO	8
6. 2. RISCO DE CRÉDITO	8
6. 3. RISCO DE LIQUIDEZ	8
7. ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS.....	8
8. ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	8
9. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO	8
10. PLANO DE CONTINGÊNCIA	8
11. MOVIMENTAÇÕES (RESGATES E APLICAÇÕES).....	9
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

Na busca por uma gestão previdenciária de qualidade e principalmente no que diz respeito às Aplicações dos Recursos, elaboramos o parecer de deliberação e análise, promovido por este Comitê de Investimentos.

Foi utilizado para a emissão desse parecer o relatório de análise completo da carteira de investimentos fornecido pela empresa contratada de Consultoria de Investimentos, onde contempla: carteira de investimentos consolidada; enquadramento perante os critérios da Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas alterações; retorno sobre os investimentos; distribuição dos ativos por instituições financeiras; distribuição dos ativos por subsegmento; retorno da carteira de investimentos versus a meta de rentabilidade; evolução patrimonial e retorno dos investimentos após as movimentações.

2. ANEXOS

Relatórios	Anexos
Relatório Macroeconômico – Outubro/2025	ANEXO I
Relatório Analítico dos Investimentos – Outubro/2025	ANEXO II
Balanço Orçamentário – Outubro/2025	ANEXO III
Receita Arrecadada por Fonte de Recursos – Outubro/2025	ANEXO IV
Boletim Financeiro – Outubro/2025	ANEXO V

3. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

Panorama fornecido pela Consultoria de Investimentos disponível em anexo.

4. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanha este parecer, na forma do ANEXO III o balanço orçamentário de **outubro de 2025** que demonstra as contribuições repassadas, em conformidade com a legislação vigente.

As receitas patrimoniais estão sendo lançadas em Variação Patrimonial Aumentativa – VPA e Variação Patrimonial Diminutiva – VPD, sendo que só é lançada a receita patrimonial orçamentária quando o resgate do investimento é efetivado.

5. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

5.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA

A carteira de investimentos do BIRIGÜIPREV está segregada entre os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados e fundos imobiliários sendo **76,95%**, **6,46%**, **8,16%**, **6,67%** e **1,76%** respectivamente, não ultrapassando os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Segmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 4.963/2021	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável	Enquadrado	Enquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado	Enquadrado
Investimentos Estruturados	Enquadrado	Enquadrado
Fundos Imobiliários	Enquadrado	Enquadrado

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimentos por segmento, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos aprovada para o exercício, informamos não haver desenquadramento em nenhum segmento.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Subsegmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 4.963/2021	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável	Enquadrado	Enquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado	Enquadrado
Investimentos Estruturados	Enquadrado	Enquadrado
Fundos Imobiliários	Enquadrado	Enquadrado

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimentos por subsegmento, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos aprovada para o exercício, informamos não haver desenquadramento.

Enquadramento da Carteira de Investimento por Fundo de Investimentos

Segmentos	Enquadramento da Resolução CMN nº 4.963/2021 por Fundo de Investimentos
Renda Fixa	Enquadrado
Renda Variável	Enquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado
Investimentos Estruturados	Enquadrado
Fundos Imobiliários	Enquadrado

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimento por segmento e fundo de investimentos, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, informamos não haver desenquadramento.

5. 2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS

Os fundos de investimentos classificados como renda fixa apresentaram no acumulado do mês com um retorno positivo de **0,96%** representando um montante de **R\$ 2.476.323,97**.

Os fundos de investimentos classificados como renda variável apresentaram no mês um retorno positivo de **2,13%** representando um montante de **R\$ 487.736,47**.

Os fundos de investimentos classificados como investimentos no exterior apresentaram no mês um retorno positivo de **2,36%** representando um montante de **R\$ 634.462,01**.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

Os fundos de investimentos classificados como investimentos estruturados apresentaram no mês um retorno positivo de **2,33%** representando um montante de **513.469,54.** .

Os fundos de investimentos imobiliários apresentaram no mês um retorno negativo de **-3,73%** representando um montante de **- R\$ 229.903,65.**

5.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do BIRIGUIPREV, tem como prestadores de serviços de Gestão as seguintes instituições:

Gestor	Saldo	%
TESOURO NACIONAL	177.520.814,70	52,57
CAIXA DTVM	56.756.353,89	16,81
BB	45.543.428,90	13,49
BRADESCO	19.196.958,94	5,69
SAFRA	7.419.039,48	2,20
XP	6.001.566,49	1,78
TARPON	5.311.214,73	1,57
REAG	4.278.080,16	1,27
WESTERN	3.752.843,39	1,11
KINEA	2.932.293,54	0,87
ITAU	2.826.115,07	0,84
MOS	2.565.482,01	0,76
MONGERAL	1.944.233,31	0,58
PLURAL	1.100.797,59	0,33
OUTROS	519.040,00	0,15
TOTAL	337.668.262,20	100,00

5. 4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE

A rentabilidade da carteira de investimentos do BIRIGUIPREV se mostra refletindo o contexto



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

mercadológico.

O retorno acumulado no período supera sua meta de rentabilidade.

A meta de rentabilidade no mês representa **0,56%** contra **1,16%** obtido. O acumulado no exercício até o mês de referência representa **10,83%** contra **8,30%** da meta de rentabilidade.

5. 5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

No mês anterior ao de referência, o BIRIGUIPREV apresentava um patrimônio líquido de **R\$ 336.752.568,68**.

No mês de referência, o BIRIGUIPREV apresenta um patrimônio líquido de **R\$ 337.668.262,20**.

5. 6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES

No mês de referência, houve movimentações financeiras no seguimento de renda fixa, na importância total de:

- R\$ 3.997.343,56 em aplicações e
- R\$ 4.631.516,81 em resgates.

Em se tratando do retorno mensurado no mesmo período de referência, o montante apresentado foi de:

- **R\$ 915.693,52** da carteira de investimentos no total, equivalente a **0,27%**.

5.7. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate
1580	02/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	8.232,47
1581	03/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	1.259.709,42	-
1582	03/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	270,00
1583	03/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	2.222.582,02
1584	03/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	1.605,83
1585	03/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	73.943,45
1586	06/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	-	1.412.454,76
1587	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	3.473,22	-



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate
1588	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	15.775,05	-
1589	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	8.235,60	-
1590	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	518.479,89
1591	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	20.000,00
1592	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	1.483,18
1593	06/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	48.464,17
1594	07/10/2025	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	243.969,57	-
1595	07/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	138.093,20	-
1596	08/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	26.357,85	-
1597	08/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	8.143,51
1598	08/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	18.214,34
1599	08/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	1.261,08
1600	09/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	10.104,63	-
1601	09/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	18.000,00	-
1602	09/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	2.745,53
1603	10/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	54.220,77	-
1604	10/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	923.613,65	-
1605	13/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	5.900,00	-
1606	14/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	3.400,00	-
1607	14/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	1.409,28
1608	15/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	2.599,42
1609	16/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP	880,13	-



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate
		LIMITADA		
1610	16/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	2.074,43	-
1611	16/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	5.161,15	-
1612	17/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	68.276,62
1613	21/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	671,09	-
1614	21/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	500,00
1615	23/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	4.468,05	-
1616	23/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	1.638,79	-
1617	23/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	67,51	-
1618	24/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	32.258,43	-
1619	29/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	284.368,75	-
1620	29/10/2025	CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF CURTO PRAZO - RESP LIMITADA	-	124.799,36
1621	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	558.714,05	-
1622	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	239.939,22	-
1623	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	1.051,67
1624	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	3.614,72
1625	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	3.028,20
1626	29/10/2025	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	-	110.473,47
1627	30/10/2025	AZ QUEST ACOES FIC FIA	-	2.121.394,46
TOTAL			3.841.094,56	6.775.027,43

Foram devidamente emitidas, assinadas e divulgadas as APRs relacionadas ao mês de referência.

6. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A análise de risco feita, contempla as diretrizes traçadas na Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2025, sendo obrigatório exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, sendo



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

eles: risco de mercado, de crédito e de liquidez.

6. 1. RISCO DE MERCADO

Observa-se que o resultado do VaR referente a carteira de investimentos é de **0,73%** para o mês de referência.

No que diz respeito ao resultado do VaR referente ao segmento de renda fixa, o valor é de **0,21%**; no segmento de renda variável o valor é de **4,71%**; no segmento de investimentos no exterior é de **5,53%**; no segmento de investimentos estruturados é de **4,90%**; e por fim, no tocante ao segmento de fundos imobiliários o valor é de **9,19%**.

O VaR apresentado referente aos segmentos da carteira de investimentos do BIRIGUIPREV está em conformidade com a estratégia de risco traçada na Política Anual de Investimentos – PAI de 2025, não havendo necessidade se ater às Políticas de Contingências definidos na própria PAI.

6. 2. RISCO DE CRÉDITO

A carteira de investimentos do BIRIGUIPREV possui fundos de investimentos com ativos de crédito ou são fundos de investimentos de crédito privado.

Os fundos de investimentos se encontram enquadrados dentro das normativas vigentes.

6. 3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira de investimentos possui liquidez imediata de **44,62%** para auxílio no cumprimento das obrigações do BIRIGUIPREV.

7. ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Não foram solicitados Relatórios de Análise de Carteira no mês de referência pelo BIRIGUIPREV à Consultoria de Investimentos contratada.

Da análise apresentada, o Comitê de Investimentos optou por seguir a movimentação. Tendo em vista o crescimento apresentado pelo Panorama.

8. ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Não foram solicitadas a Consultoria de Investimentos contratada novas análises de novos Fundos de Investimentos.

9. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO

No mês de referência houve credenciamento da empresa R3 Assessoria de Investimentos.

10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Em análise as informações acima, não se faz necessário a instauração do processo de contingência.



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

11. MOVIMENTAÇÕES (RESGATES E APLICAÇÕES)

O Comitê Gestor de investimentos do BirigüiPrev deliberou por fazer as seguintes movimentações:

1. Resgatar o valor do Fundo Caixa DI para pagamento da folha do Grupo Previdenciário do mês de novembro/2025 e Resgatar do Fundo FI Caixa Aliança e Caixa DI Financeiro para pagamento da folha do Grupo Financeiro do mês de novembro/2025;
2. O valor referente à contribuição normal (patronal e servidores) do Grupo Previdenciário da folha mensal, a ser paga até o dia 10/12/2025, será aplicado no Fundo Caixa DI, como proteção da carteira para o atual momento;
3. Os demais valores que forem ingressando até a próxima reunião deverão ser aplicados no Fundo Caixa DI sendo resgatados também do mesmo fundo para o pagamento das despesas mensais do grupo previdenciário, e aplicar os demais valores que forem creditados na conta corrente do grupo financeiro no Fundo Caixa DI de cada conta do plano financeiro da Câmara e BirigüiPrev;
4. Os valores recebidos do parcelamento do mês de dezembro, do Plano Previdenciário, serão aplicados no Fundo Caixa DI;
5. Os aportes de déficit atuarial e parcelamentos recebidos da Prefeitura na conta corrente do plano financeiro serão aplicados no Fundo FI Caixa Aliança, de acordo com o Ofício nº438/2025 apresentado ao comitê.
6. Os demais valores ingressantes do grupo financeiro na conta corrente da Prefeitura deverão ser aplicados no FI Caixa Aliança e resgatados do mesmo fundo para pagamento das despesas do grupo financeiro;
7. Quanto ao valor a receber de compensação previdenciária do plano previdenciário, serão aplicados no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI PERFIL FIC FI e os valores do plano financeiro serão aplicados no FI CAIXA ALIANÇA;
8. Foi mantida a aprovação da venda das cotas do investimento CXCE11, FII Caixa CEDAE, em sua totalidade, buscando o melhor valor acima de R\$ 41,00 por cota, em acordo com nossa Política de Investimentos 2025.
9. Resgatar do Fundo Caixa DI o valor de R\$ R\$ 188.530,35 para Integralização de Cotas do Kinea Private Equity V Feeder Institucional I FIP Multi, para fazer frente a chamada de capital do FIP Master.

Resumo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	Recebimentos/Pagamentos	Aplicar no Fundo	Resgatar do Fundo
	1. Folha de Pagamento	-	Caixa DI
	2. Contribuição Normal - Patronal	Caixa DI	-
	2. Contribuição Normal - Servidor	Caixa DI	-
	3. Demais Recebimentos	Caixa DI	-
	3. Demais Pagamentos	-	Caixa DI
	4. Parcelamentos	Caixa DI	-
	7. Compensação Previdenciária	BB PREV RF REF DI PERF FIC FI	-
	8. Venda Cotas FII	Caixa DI	-
PLANO FINANCEIRO	9. Kinea Private Equity V Feeder Institucional I	Kinea Private Equity	Caixa Brasil Fif Renda Fixa Referenciado Di Longo Prazo - Resp Limitada
	Recebimentos/Pagamentos	Aplicar no Fundo	Resgatar do Fundo
	1. Folha de Pagamento	-	FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF CP e Caixa DI Financeiro
	3. Demais Recebimentos (Conta da Câmara)	Caixa DI	-
	3. Demais Recebimentos (Conta do	Caixa DI	-



Instituto de Previdência do Município de Birigüi - BIRIGÜIPREV

CNPJ 05.078.585/0001-86

Estado de São Paulo

BirigüiPrev)		
5. Aporte de Déficit Atuarial	FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF CP	-
5. Parcelamentos	FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF CP	-
6. Demais Recebimentos (Conta da Prefeitura)	FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF CP	-
6. Demais Pagamentos	-	FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF CP
7. Compensação Previdenciária	FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF CP	-

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este parecer foi elaborado pelo gestor dos recursos e previamente disponibilizado aos membros do Comitê de Investimentos para análise e comentários. Em relação à carteira de investimentos do BIRIGÜIPREV e à manutenção dos percentuais de alocação, estas foram feitas de acordo com a orientação e acompanhamento da consultoria de investimentos.

Destaca-se que não foram encontrados óbices nas informações lançadas neste documento. Por isso, este parecer é encaminhado com uma análise favorável dos membros do Comitê de Investimentos para ser aprovado pelo Conselho Fiscal.

Evandro Cesar Zampieri da Silva
Coordenador do Comitê
Certificado – ANBIMA/CEA
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV III

Antônio Valter da Silva
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Gilson Luiz Bazzão
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Jean Rodrigo Lourenço Rambaldi
Membro Titular
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I

Samuel Mussi Simão
Membro Titular

Elaine de Paula Gomes da Silva
Diretora Adm. e Financeiro
Certificado – TOTUM CP RPPS DIRIG I

Guiomar de Souza Pazian
Superintendente
Certificado – TOTUM CP RPPS DIRIG I
Certificado – TOTUM CP RPPS CGINV I